

## **ANEXO 04**

### **ESTRUTURA TARIFÁRIA**

**CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO LOTE DENOMINADO NOROESTE**

## 1. APRESENTAÇÃO

O presente ANEXO tem por objetivo definir as condições e as normas que deverão reger a ESTRUTURA TARIFÁRIA pertinente à CONCESSÃO.

O modelo de cobrança prevê instalação de 10 (dez) PRAÇAS DE PEDÁGIO, nas localizações dispostas no item 4.3.

A partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL e do TERMO DE TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA REMANESCENTE TEBE, a CONCESSIONÁRIA passará também a operar 10 (dez) PRAÇAS DE PEDÁGIO existentes, localizadas nas Rodovias SP-323 (Praça Monte Alto – TEBE), SP-351 (Praça Pirangi – TEBE), SP-310 (Praças Agulha, Araraquara e Catiguá – TRIÂNGULO DO SOL), SP-326 (Praça Colina – TEBE, Praças Dobrada e Taiúva – TRIÂNGULO DO SOL) e SP-333 (Praças Itápolis e Jaboticabal – TRIÂNGULO DO SOL).

## 2. SISTEMA OPERACIONAL DE ARRECADAÇÃO

O sistema operacional de arrecadação será composto de cabines para pagamento manual, semiautomático e automático com controle e contagem dos veículos, os quais são classificados pelo número de eixos.

## 3. SISTEMA FUTURO

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar sistema de pedágio que atenda ao modelo operacional especificado no ANEXO 5, promovendo sua permanente atualização e sua crescente automação, bem como adequação às políticas e programas implantados pelo PODER CONCEDENTE e pela ARTESP que tenham impacto na forma de arrecadação das TARIFAS DE PEDÁGIO, sem prejuízo ao equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e assegurada a observância às obrigações e limites de atualidade tecnológica previstas no CONTRATO.

### 3.1 Praças de Pedágio e Sentido de Cobrança

O modelo de pedagiamento do SISTEMA RODOVIÁRIO prevê pedágios do tipo barreira nos trechos e localizações especificados neste ANEXO.

O USUÁRIO pagará uma TARIFA, conforme regramento deste ANEXO e APÊNDICE F.

A cobrança será realizada nas PRAÇAS DE PEDÁGIO.

A base para o cálculo das TARIFAS está discriminada nas Fórmulas 1, 2 e 3 deste ANEXO, considerando a aplicação da TARIFA QUILOMÉTRICA aplicável, o TRECHO DE COBERTURA DE PEDÁGIO (TCP) de cada Praça e o multiplicador relacionado à categoria dos veículos.

### 3.2 Início de Operação Comercial das Praças de Pedágio do Sistema Existente

Sem prejuízo do item 4.11.1, a CONCESSIONÁRIA somente poderá solicitar autorização para dar início à operação da(s) PRAÇA(S) DE PEDÁGIO em condições operacionais quando:

- (i) Tiver concluído integralmente o Programa Intensivo Inicial (PII), especificado nos ANEXOS 5 e 6;
- (ii) Tiver realizado e concluído os investimentos necessários de implantação do sistema operacional de arrecadação de cada uma das PRAÇAS DE PEDÁGIO solicitadas, conforme especificações dos ANEXOS 5, 6 e 7;

- (iii) Estiver adimplente com o PODER CONCEDENTE e a ARTESP quanto aos pagamentos devidos em razão da CONCESSÃO, nos termos do CONTRATO;
- (iv) Estiver comprovadamente em dia com as obrigações e exigências preparatórias para a execução dos investimentos previstos para o 2º ano de CONCESSÃO, conforme POI aprovado pela ARTESP.

Após recebida a solicitação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, em até 30 (trinta) dias a ARTESP deverá verificar o efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas acima e o PODER CONCEDENTE deverá realizar a homologação com base nas informações e documentos fornecidos pela ARTESP.

Em caso de não validação quanto ao efetivo cumprimento das obrigações descritas nas alíneas acima, a ARTESP comunicará à CONCESSIONÁRIA quanto às inconsistências e inadequações com as suas devidas justificativas, cabendo à CONCESSIONÁRIA regularizar e pleitear novamente a autorização para dar início à operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO. Após a regularização pela CONCESSIONÁRIA, esta deverá comunicar à ARTESP, aplicando-se o prazo acima para homologação.

O PODER CONCEDENTE poderá homologar individualmente o início de cobrança de cada PRAÇA DE PEDÁGIO, caso preenchido os requisitos indicados neste item 3.2.

### 3.3 Alterações Futuras

Após a assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor reposicionamento, revisão de especificação, ou redimensionamento de PRAÇAS DE PEDÁGIO, sempre em conformidade com os critérios básicos do presente ANEXO e do ANEXO 7 sem prejuízo do nível de serviço oferecido ao USUÁRIO e do cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO estabelecidos no ANEXO 3.

O PODER CONCEDENTE e/ou a ARTESP, observado o regramento do CONTRATO, poderão estabelecer a necessidade de realização, pela CONCESSIONÁRIA ou por quem o PODER CONCEDENTE e/ou a ARTESP indicar, de investimentos e implantação de equipamentos que permitam a cobrança das TARIFAS por meios tecnologicamente atualizados, tais como, mas sem se limitar a, arrecadação baseada no conceito *free flow*, sempre observando o conforto dos USUÁRIOS e a prestação do SERVIÇO ADEQUADO.

Sem prejuízo da necessidade de atendimento, pela CONCESSIONÁRIA, das definições estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARTESP que eventualmente impactem os sistemas de arrecadação, sempre mantendo os critérios básicos do CONTRATO e, especialmente, do presente ANEXO e observando a necessidade de atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor sistema operacional de arrecadação baseado no conceito de *free flow* (fluxo livre), tarifação dinâmica e na cobrança de TARIFAS que reflitam a quilometragem percorrida pelos USUÁRIOS, entre outros, sugerindo a implantação da tecnologia necessária para substituição (complementação ou convivência com) de PRAÇAS DE PEDÁGIO, tais como pórticos ou sistemas que combinem o uso de radiofrequência e gravação de imagens para registrar a passagem dos veículos pelo SISTEMA RODOVIÁRIO, sendo que sua efetiva implementação dependerá de anuência prévia pela ARTESP, que considerará em sua análise o regramento contratual e a observância do equilíbrio econômico-financeiro nos termos do CONTRATO.

A CONCESSIONÁRIA poderá propor um plano de tarifas variáveis, sujeito a prévia aprovação da ARTESP e com apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, com objetivo de otimizar o uso, induzir demanda e melhorar a fluidez e níveis de serviço do SISTEMA RODOVIÁRIO, observando-se o princípio da isonomia.

O plano de tarifas variáveis poderá definir valores diferentes dos previstos em CONTRATO para as TARIFAS DE PEDÁGIO para diferentes categorias, dias da semana e horários, bem como apresentar cobranças tarifárias que considerem parâmetros distintos da sistemática de cobranças por eixos, tais como cobrança por

categoria, peso e volume, se viável operacionalmente.

O parâmetro de tarifa por eixo e por classificação de veículos (por veículo equivalente, prevista no CONTRATO) será, em qualquer caso, o utilizado para fins de aferição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

#### 4. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DE TARIFA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DO CONTRATO

##### 4.1 Modelo de Pedagiamento.

O modelo de pedagiamento a ser adotado corresponderá a cobrança das TARIFAS nas PRAÇAS DE PEDÁGIO nos trechos e localizações indicadas neste ANEXO, sem prejuízo ao disposto no item 3 acima.

##### 4.2 Tarifa Quilométrica de Pedágio

As TARIFAS de cada PRAÇA DE PEDÁGIO são definidas tendo como referência uma TARIFA QUILOMÉTRICA base definida para o mês de [•] cujos valores foram considerados na elaboração do estudo de viabilidade econômico-financeira e têm como valor de referência, para o Sistema Operacional de Cobrança Manual, o equivalente a R\$ 19,29/100km (dezenove reais e vinte e nove centavos), bidirecional, para pista dupla e o equivalente a uma tarifa de R\$ 13,78/100km (treze reais e setenta e oito centavos), bidirecional, para pista simples.

A cobrança pelo AVI deverá considerar um desconto mínimo de 5% (cinco por cento) em relação aos valores praticados no Sistema Operacional de Cobrança Manual, considerando as regras de arredondamento previstas no item 5 deste ANEXO, sem prejuízo da aplicação do DUF.

##### 4.2.1. Requalificação Tarifária

A Requalificação Tarifária é o momento em que a CONCESSIONÁRIA, para fins de composição da TARIFA DE PEDÁGIO, passa a contabilizar a TARIFA QUILOMÉTRICA para pista dupla para o trecho em que tiverem sido concluídas as obras de duplicação, conforme ANEXO 21. Consideram-se concluídos os investimentos previstos nos subitens [referência pendente]”, do ANEXO 21, individualmente.

A Requalificação Tarifária apenas ocorrerá com a expressa anuência da ARTESP, necessariamente após a competente vistoria, que atestará, conforme o caso e de acordo com o item 9 do APÊNDICE J, a conclusão das duplicações no âmbito dos investimentos em Ampliações Principais, conforme ANEXO 21, bem como as condições de segurança da via para o tráfego seguro dos USUÁRIOS.

Considera-se segura a liberação do tráfego ao USUÁRIO somente quando implantados todos os dispositivos, equipamentos, obras de arte especiais e sistemas que compõem o trecho duplicado, que sejam essenciais à entrada em operação em segurança.

Não obstante o disposto acima, após a autorização da ARTESP para a liberação do tráfego nas vias duplicadas, a Requalificação Tarifária será aplicável nos respectivos trechos.

##### 4.3 Trecho de Cobertura de Pedágio

O trecho de cobertura das PRAÇAS DE PEDÁGIO será dividido da seguinte forma:

Praça	Localização Praça	TCP Inicial Referencial		TCP Final Referencial		Trechos		
		Simplex	Dupla	Simplex	Dupla	Rodovia	KMI	KMF
Agulha	SP 310 km 346,7	0,00	58,68	0,00	58,68	SP 310	319,6	378,3

<b>Araraquara</b>	SP 310 km 282,4	0,00	48,05	0,00	48,05	SP 310	271,6	319,6
<b>Araraquara2</b>	SP 310 km 255,3	0,00	43,75	0,00	43,75	SP 310	227,8	271,6
<b>Catigua</b>	SP 310 km 398,7	0,00	33,91	0,00	33,91	SP 310	378,3	412,2
<b>Catigua2</b>	SP 310 km 421,3	0,00	42,11	0,00	42,11	SP 310	412,2	454,3
<b>Colina</b>	SP 326 km 407,7	0,00	47,03	0,00	47,03	SP 326	379,3	426,3
<b>Dobrada</b>	SP 326 km 308,1	0,00	45,10	0,00	45,10	SP 326	293,0	338,1
<b>Itápolis</b>	SP 333 km 179,0	54,90	0,00	0,15	54,75	SP 333	157,6	212,5
<b>Jaboticabal</b>	SP 333 km 110,7	13,55	60,98	0,00	74,53	SP 333	83,0	157,6
<b>Monte Alto</b>	SP 323 km 19,4	44,10	0,00	44,10	0,00	SP 323	0,0	44,1
<b>P01</b>	SP 322 km 424,0	85,30	0,00	31,19	54,11	SP 322	394,5	448,6
						SP-373	157,8	189,0
<b>P02</b>	SP 326 km 448,6	36,41	5,94	0,00	42,35	SP 326	426,3	468,7
<b>P03</b>	SP 425 km 81,2	32,30	5,95	20,06	18,19	SP 425	59,7	98,0
<b>P04</b>	SP 425 km 127,0	33,76	4,05	33,76	4,05	SP 425	98,0	135,8
<b>P05</b>	SP 425 km 168,2	32,74	15,90	0,00	48,64	SP 425	135,8	184,4
<b>P06</b>	SP 425 km 250,8	52,34	0,00	28,49	23,85	SP 425	220,0	272,3
<b>P07A</b>	SP 425 km 308,1	54,26	1,20	48,30	7,16	SP 425	272,3	327,8
<b>P07B</b>	SP 425 km 366,9	46,55	0,00	0,00	46,55	SP 425	327,8	374,4
<b>Pirangi</b>	SP 351 km 184,6	54,68	11,81	54,68	11,81	SP 351	151,5	218,0
<b>Taiuva</b>	SP 326 km 356,9	0,00	41,17	0,00	41,17	SP 326	338,1	379,3

#### Observações:

- Os ACESSOS e SPAs não são considerados na composição dos TRECHOS DE COBERTURA DE PEDÁGIO (TCP).
- A localização exata das PRAÇAS DE PEDÁGIO será especificada no ANEXO 12, podendo, nas hipóteses e de acordo com as regras especificadas no CONTRATO, especialmente no ANEXO 7, ter sua localidade alterada, conforme demandado pelo PODER CONCEDENTE, pela ARTESP ou sugerido pela CONCESSIONÁRIA. A alteração de localização proposta pela CONCESSIONÁRIA, se respeitada a regra do ANEXO 7, não configura EVENTO DE DESEQUILÍBRIO. Em qualquer outra hipótese, previamente à alteração deverão ser instalados sensores de tráfego para apuração de possível EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, calculado com base nos dados coletados dos sensores de tráfego instalados. A eventual alteração da localização das PRAÇAS DE PEDÁGIO não modificará os respectivos TCPs.

#### 4.4 Tarifa de Pedágio

A TARIFA a ser cobrada para cada PRAÇA DE PEDÁGIO do SISTEMA RODOVIÁRIO conforme previsto no EDITAL, no CONTRATO e ANEXOS, considerará as características de cada praça, conforme disposto no item 1 e TARIFAS QUILOMÉTRICAS conforme item 4.2.

#### 4.5 Classificação dos Veículos

A TARIFA que será considerada para fins de atualização monetária do CONTRATO e controle econômico-financeiro pela ARTESP e pelo PODER CONCEDENTE corresponderá à TARIFA QUILOMÉTRICA, diferenciada em razão da cobrança automática e na sua proporção, multiplicada pelo multiplicador da TARIFA correspondente a cada tipo de veículo, conforme estabelece a tabela a seguir, que categoriza os veículos pelo tipo, pelo número de eixos e pela característica de rodagem.

**CLASSIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS**

CATEGORIA	TIPO	Nº EIXOS	RODAGEM	MULTIPLICADOR
1	AUTOMÓVEL, CAMINHONETA, TRICICLO E FURGÃO	2	SIMPLES	1
2	CAMINHÃO LEVE, MICRO ÔNIBUS, ÔNIBUS, CAMINHÃO TRATOR E FURGÃO	2	DUPLA	2
3	CAMINHÃO TRATOR, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE E ÔNIBUS	3	DUPLA	3
4	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	4	DUPLA	4
5	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	5	DUPLA	5
6	CAMINHÃO COM REBOQUE, CAMINHÃO TRATOR COM SEMI REBOQUE	6	DUPLA	6
7	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM SEMI REBOQUE	3	SIMPLES	1,5
8	AUTOMÓVEL OU CAMINHONETE COM REBOQUE	4	SIMPLES	2
9	MOTOCICLETA, MOTONETA E BICICLETA A MOTOR	2	SIMPLES	0,5
-	VEÍCULOS OFICIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FORÇAS ARMADAS E POLÍCIA MILITAR – ISENTOS	-	-	0

Observações:

1. Rodagem traseira de pneus, do tipo “single” ou “supersingle”, é equivalente a dupla, para efeito da estrutura tarifária aqui definida.
2. Sem prejuízo da TARIFA DE PEDÁGIO calculada conforme a tabela acima, incidirá adicional, conforme norma do Conselho Nacional de Trânsito (“CONTRAN”) aplicável, em função do peso total dos veículos a ela sujeitos.

#### 4.6 Cálculo da Tarifa de Pedágio

A RECEITA TARIFÁRIA BRUTA utilizada na composição da RECEITA BRUTA deverá considerar a TARIFA DE PEDÁGIO obtida por meio do cálculo exposto na Fórmula 1 a seguir, bem como por meio do regramento disposto no APÊNDICE F a este anexo, que resulta na TARIFA a ser cobrada de cada categoria nas PRAÇAS DE PEDÁGIO:

**FÓRMULA 1:**

$$TP_t = TQ_t \times TCP \times \text{Multiplicador}$$

Onde,



$TP_t$  é a TARIFA DE PEDÁGIO a ser cobrada de cada categoria no ano t  
 $TQ_t$  é a TARIFA QUILOMÉTRICA de pedágio descrita em 4.2 supra e atualizada conforme 4.7  
TCP é o Trecho de Cobertura da PRAÇA DE PEDÁGIO em 4.3 supra  
Multiplicador é o valor estipulado para cada categoria em 4.5

#### 4.7 Validade e Atualização Tarifária

##### 4.7.1 Preservação das TARIFAS e atualização monetária do CONTRATO

Os valores das TARIFAS DE PEDÁGIO e o valor monetário do CONTRATO deverão ser preservados pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste ANEXO e no CONTRATO.

Os valores das TARIFAS QUILOMÉTRICAS deverão ser ajustados, utilizando-se a fórmula e os procedimentos explicitados a seguir, que também deverão ser aplicados ao regramento disposto no APÊNDICE F.

##### FÓRMULA 2:

Para o primeiro ano contratual, a TARIFA QUILOMÉTRICA será atualizada por meio da seguinte fórmula:

$$TQ_0 = TQ_{[data\ base]} \times \frac{IPCA_0}{IPCA_{[data\ base]}}$$

Onde,

$TQ_0$  é a TARIFA QUILOMÉTRICA no primeiro ano contratual

$TQ_{[data\ base]}$  é a TARIFA QUILOMÉTRICA base em [data base], conforme 4.2

$IPCA_0$  é o número índice<sup>1</sup> do IPCA do segundo mês anterior à data de assinatura do CONTRATO

$IPCA_{[data\ base]}$  é o número índice<sup>1</sup> do IPCA referente a [data base]

##### FÓRMULA 3:

A TARIFA QUILOMÉTRICA será reajustada por meio da seguinte fórmula, sendo o primeiro reajuste realizado a partir do segundo ano contratual, e os demais realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior, sem prejuízo da possibilidade de redução desse prazo, nos termos do inciso III do §3º e §5º do artigo 28, conjugados com o §1º do artigo 70 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, ou de ampliação do mesmo prazo, por força de instituto legal superveniente:

$$TQ_t = TQ_{[data\ base]} \times \frac{IPCA_t}{IPCA_{[data\ base]}}$$

Onde,

$TQ_t$  é a TARIFA QUILOMÉTRICA de pedágio no ano contratual t

$TQ_{[data\ base]}$  é a tarifa quilométrica base em [data base], conforme 4.2

$IPCA_t$  é o número índice<sup>2</sup> do IPCA do segundo mês anterior à data de reajuste no ano contratual t

$IPCA_{[data\ base]}$  é o número índice<sup>1</sup> do IPCA referente a d[data base]

#### 4.8 Incidência de Coeficiente de Desempenho dos Serviços Prestados e Desconto por Atraso e Inexecução das Obras

A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA deverá considerar a tarifa devida da PRAÇA DE PEDÁGIO, que será calculada de acordo com as Fórmulas 4 e 5 deste ANEXO. No primeiro ano contratual, a tarifa devida da PRAÇA DE PEDÁGIO será igual à TARIFA DE PEDÁGIO.

<sup>1</sup> Dezembro de 93 = 100

<sup>2</sup> Dezembro de 93 = 100

A RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA à CONCESSIONÁRIA levará em consideração:

I - A incidência do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP) previsto no ANEXO 3; e

II - A incidência de um DESCONTO POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DE OBRAS, conforme previsto no ANEXO 3.

Nos anos de CONTRATO nos quais haja a execução de obras de Ampliação Principal, conforme classificação disposta no ANEXO 21, a CONCESSIONÁRIA fará jus à RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA, correspondente à somatória das receitas obtidas por meio da TARIFA calculada de acordo com a Fórmula 4.

Nos anos de CONTRATO nos quais não houver execução de obras de Ampliação Principal, conforme classificação disposta no ANEXO 21, a CONCESSIONÁRIA fará jus à RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA, correspondente à somatória das receitas obtidas por meio da tarifa calculada de acordo com a Fórmula 5.

#### FÓRMULA 4:

$$TDP_t = TQ_t \times (0,90 + 0,06 \text{ IQD} + 0,04 \text{ DA}) \times TCP \times \text{Multiplicador}$$

Onde,

$TDP_t$  é a TARIFA devida da PRAÇA reajustada para o ano t do CONTRATO, com quatro casas decimais

$TQ_t$  é a TARIFA QUILOMÉTRICA das PRAÇAS reajustada para o ano t do CONTRATO

$IQD$  é o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP) previsto no ANEXO 3

$DA$  é o DESCONTO POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DE OBRAS (DA) previsto no ANEXO 3

$TCP$  é o Trecho de Cobertura da PRAÇA, conforme disposto no item 4.3

Multiplicador é o valor estipulado para cada categoria, conforme disposto no item 4.5

#### FÓRMULA 5:

$$TDP_t = TQ_t \times (0,90 + 0,10 \text{ IQD}) \times TCP \times \text{Multiplicador}$$

Onde,

$TDP_t$  é a Tarifa devida da PRAÇA reajustada para o ano t do CONTRATO, com quatro casas decimais

$TQ_t$  é a TARIFA QUILOMÉTRICA das PRAÇAS DE PEDÁGIO reajustada para o ano t do CONTRATO

$IQD$  é o ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD), composto pelo COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS SERVIÇOS PRESTADOS (CSP) previsto no ANEXO 3

$TCP$  é o Trecho de Cobertura da PRAÇA, conforme disposto no item 4.3

Multiplicador é o valor estipulado para cada categoria, conforme disposto no item 4.5

Os valores pagos pelos USUÁRIOS a título de TARIFA DE PEDÁGIO, que compõem a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, deverão ser depositados na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA. O processamento dos recursos transitados pela CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA está regrado conforme a minuta que figura como APÊNDICE D.

A aplicação do ÍNDICE DE QUALIDADE E DESEMPENHO (IQD) e DESCONTO POR ATRASO OU INEXECUÇÃO DE OBRAS (DA) poderá ser revista a pedido da CONCESSIONÁRIA, em processo administrativo próprio, visando a comprovar que os índices referentes ao IQD e DA foram impactados pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE ou pela ocorrência de erros na apuração dos referidos índices, conforme regramento do CONTRATO.

A instauração de processo administrativo com base na disposição acima não suspende a apuração e



aplicação dos valores referentes ao IQD e DA para o respectivo ano contratual. Diante de eventual confirmação de que os índices referentes ao IQD e DA foram impactados pela materialização de algum risco assumido pelo PODER CONCEDENTE ou pela ocorrência de erros na apuração dos referidos índices, conforme regramento do CONTRATO, passará a ser aplicado o IQD e DA corretos, assegurada a compensação retroativa dos descontos aplicados.

#### 4.8.1 Saldo Tarifário em Favor do Poder Concedente

O SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$SRPC_d = \sum RTB - RTD$$

Onde:

SRPC<sub>d</sub> é o SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE calculado no dia d.

RTB é a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA conforme disposto em 4.6

RTD é a RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA conforme disposto em 4.8

SRPC<sub>d</sub> deverá ser apurado diariamente e o valor resultante transferido, em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, dos valores na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, pelo BANCO DEPOSITÁRIO para conta corrente de titularidade da ARTESP a ser criada e mantida durante a vigência do CONTRATO (CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO).

Ao final de cada ano contratual, em até 30 dias, serão apurados os valores finais de SALDO TARIFÁRIO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA. Caso haja diferença entre os valores depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO naquele ano e o SALDO EM FAVOR DO PODER CONCEDENTE final calculado para o mesmo ano:

- (i) Se positiva, a ARTESP deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor excedente para CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO da CONCESSIONÁRIA; e
- (ii) Se negativa, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 5 (cinco) dias úteis, transferir o valor faltante para a CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO.

Os recursos depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO deverão ser utilizados exclusivamente para a gestão do CONTRATO.

Os recursos depositados na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO poderão ser utilizados, sempre na ocasião das REVISÕES ORDINÁRIAS, a critério da ARTESP, para os seguintes fins, em ordem de prioridade, sendo o item “i” o de maior prioridade:

- i. recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO;
- ii. investimentos relacionados às demandas apresentados por meio do SISDEMANDA; e
- iii. modicidade tarifária.

Após a extinção do CONTRATO, quitadas as obrigações das PARTES, havendo saldo CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO, o valor nela depositado será transferido para o PODER CONCEDENTE.

#### 4.9 Aprovação das Tarifas

Os cálculos dos valores atualizados da TARIFA QUILOMÉTRICA e da TARIFA DEVIDA serão elaborados pela CONCESSIONÁRIA em conformidade com a metodologia especificada neste ANEXO e apresentados à apreciação da ARTESP, para verificação de consistência.

No caso de atraso na requalificação ou reajuste tarifários a recomposição do equilíbrio do CONTRATO será realizada preferencialmente mediante utilização de recursos disponíveis na CONTA DE AJUSTE DA CONCESSÃO ou nas CONTAS RESERVA.

#### **4.10 Alteração do Índice de Atualização Monetária Contratual**

Na ausência do índice selecionado para cálculo de reajuste, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA, de comum acordo, escolherão outro índice que melhor reflita a variação indicada atualmente pelo IPCA.

#### **4.11 Isenções, privilégios tarifários, promoções e descontos**

##### **4.11.1 Desconto de Usuário Frequente**

Os USUÁRIOS que optarem pelo Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI) e que trafegarem em veículos da Categoria 1 no SISTEMA RODOVIÁRIO terão direito ao pagamento de valores diferenciados da TARIFA DE PEDÁGIO, em todas as PRAÇAS DE PEDÁGIO em operação no SISTEMA RODOVIÁRIO, conforme a frequência de utilização mensal (“DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE” ou “DUF”) a partir do início da operação da primeira PRAÇA DE PEDÁGIO localizada no SISTEMA EXISTENTE ou no SISTEMA REMANESCENTE TRIÂNGULO DO SOL (DATA DE INÍCIO DUF), até o fim da vigência do CONTRATO.

O DESCONTO DE USUÁRIO FREQUENTE será oferecido aos USUÁRIOS acima especificados que, dentro de um mesmo mês calendário, trafegarem por determinada PRAÇA DE PEDÁGIO, em um mesmo sentido de fluxo, um mínimo de 2 (duas) vezes. Os valores aplicáveis às tarifas decorrentes do DUF estão dispostos no APÊNDICE F.

As viagens relativas a um determinado mês calendário não serão consideradas cumulativamente para meses calendário seguintes, ou seja, considerar-se-á, a partir do primeiro dia de todo mês calendário, que o USUÁRIO não trafegou em qualquer PRAÇA DE PEDÁGIO do SISTEMA RODOVIÁRIO no respectivo mês, aplicando-se a TARIFA pertinente, nos termos do APÊNDICE F.

A CONCESSIONÁRIA, no âmbito do regramento previsto neste ANEXO e respectivos APÊNDICES, previamente ao início da operação de qualquer PRAÇA DE PEDÁGIO do SISTEMA RODOVIÁRIO e como condição para a realização da compensação prevista no item a seguir, submeterá à aprovação da ARTESP, observados os regramentos do CONTRATO para aprovação de atos pela ARTESP, o detalhamento dos procedimentos para implementação da compensação prevista neste item, incluindo em sua proposta, entre outros elementos: (i) modelos de relatórios e demonstrativos que atestem as informações necessárias, (ii) etapas, (iii) prazos e (iv) responsáveis pela execução de todos os procedimentos associados ao DUF e respectivas compensações.

##### **4.11.1.1 Compensação para o Desconto de Usuário Frequente (CDUF)**

###### **A) Desconto de Usuário Frequente Efetivo (DUFE)**

A Concessionária deverá apurar, durante o prazo da CONCESSÃO, a perda de receita decorrente do DUF, que consiste no somatório da diferença entre (i) os valores que seriam auferidos pela CONCESSIONÁRIA por meio da cobrança dos USUÁRIOS beneficiados pelo DUF da TARIFA aplicável à cobrança AVI e (ii) os valores efetivamente auferidos de TARIFAS pagas pelos USUÁRIOS beneficiados pelo DUF, nos termos do APÊNDICE F (DUFB).

Para fins de cálculo da perda de receita decorrente da incidência do DUF e, portanto, o DUFB, considera-se a RECEITA TARIFÁRIA BRUTA, e não a RECEITA TARIFÁRIA DEVIDA.

Sobre o valor do DUFB apurado, deverão ser descontados as alíquotas correspondentes à IQD, DA, OUTORGA VARIÁVEL e ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO vigentes (DUFE).

Até o 5º dia útil de cada mês, a CONCESSIONÁRIA deverá apurar o DUFE acumulado no respectivo mês e enviar os relatórios e demonstrativos pertinentes à ARTESP.

#### **B) Antecipação da Compensação para o Desconto de Usuário Frequente (ACDUF)**

As PARTES concordam que a CONCESSIONÁRIA receberá, a partir da implantação do DUF, e até o fim do CONTRATO, valor equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) da OUTORGA VARIÁVEL depositada na CONTA RESERVA 1 a título de ACDUF, nos termos do APÊNDICE G.

A cada ciclo de REVISÃO ORDINÁRIA prevista no CONTRATO, o percentual acima disposto será devidamente revisado, de forma a representar o percentual médio do DUFE apurado durante o ciclo quadrienal anterior.

#### **C) Compensação Anual Final (CAF)**

Até o fim do primeiro mês subsequente aos aniversários do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá apurar a diferença entre (i) o somatório dos valores a ela transferidos a título ACDUF durante o respectivo ano e (ii) o somatório dos valores apurados a título de DUFE no mesmo período (CAF), e enviar os relatórios e demonstrativos pertinentes à ARTESP.

Mediante o recebimento dos relatórios e demonstrativos pertinentes, a ARTESP deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias, apurar as informações prestadas e enviar ao BANCO DEPOSITÁRIO a NOTIFICAÇÃO ANUAL, contemplando, entre outros, o valor aplicável à CAF, nos termos do APÊNDICE G.

Caso o valor correspondente à CAF seja positivo, o BANCO DEPOSITÁRIO deverá transferi-lo à conta corrente indicada pelo PODER CONCEDENTE, após descontados eventuais saldos correspondentes à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deliberados pela ARTESP, nos termos do APÊNDICE G.

Caso o valor correspondente à CAF seja negativo, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento de montante equivalente ao módulo do referido valor, nos termos do APÊNDICE G.

#### **4.11.2 Isenções**

Terão trânsito livre e ficam, portanto, isentos do pagamento de pedágio os veículos:

- a) de propriedade do PODER CONCEDENTE, da SLT e da ARTESP;
- b) de uso do Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- c) de atendimento público de emergência, tais como, do corpo de bombeiros e ambulâncias, quando em serviço;
- d) das forças militares, quando em instrução ou manobra; e
- e) de categoria oficial, integrantes da frota dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público e da Defensoria Pública, todos do Estado de São Paulo, bem como os locados em caráter não eventual, para utilização em serviço público permanente ou de longa duração desde que cadastrados no Grupo Central de Transportes Internos (GCTI), do Estado de São Paulo, devendo todos ser credenciados pela ARTESP, na forma regulamentada.

#### **4.11.3 Privilégios Tarifários Específicos**

É vedado à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE estabelecer privilégios tarifários que beneficiem

segmentos específicos de USUÁRIOS, exceto se (i) no cumprimento de lei, a qual deverá especificar as fontes de recursos para ressarcimento da CONCESSIONÁRIA, ou (ii) previamente autorizado pela ARTESP, no contexto de Plano de Tarifas Variáveis.

#### **4.11.4 Promoções e Descontos**

A CONCESSIONÁRIA, a seu único critério, por sua conta e risco, poderá conceder isenções e descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias de caráter sazonal, não relacionado a Plano de Tarifa Variável, sem que isso possa gerar qualquer direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO. Nessa hipótese, para apuração da TARIFA DEVIDA e cálculo das Fórmulas 4 e 5 será considerado o respectivo desconto ou isenção praticados.

### **5. CRITÉRIO DE ARREDONDAMENTO**

A Tarifa será expressa em reais e centavos, sendo arredondada mediante a aplicação do seguinte critério:

- a. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- b. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se a de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

Para a definição das TARIFAS do AVI e sistema de pagamento *free flow* (fluxo livre), deverão ser desconsideradas as casas além dos centavos e, em seguida, não deve ser efetuado nenhum arredondamento.

### **6. CONTROLE E OPERAÇÃO DO PEDÁGIO**

#### **6.1. Responsabilidades da Concessionária**

A CONCESSIONÁRIA responderá pelo controle do Sistema de Controle e Arrecadação de Pedágio e operação de tráfego na área das PRAÇAS DE PEDÁGIO, cabendo-lhe:

- a) Manter placas informativas com valores atualizados das TARIFAS e das pistas de rolamento com cobrança automática, realizando a sinalização nos termos da regulamentação aplicável;
- b) Sinalizar as pistas;
- c) Controlar a abertura e o fechamento de pistas e cabines;
- d) Fiscalizar a arrecadação;
- e) Garantir a segurança da circulação de valores e sua transferência para a sede da CONCESSIONÁRIA, ou banco;
- f) Elaborar mapas estatísticos de tráfego e receita;
- g) Registrar as ocorrências principais e mais significativas;
- h) Controlar e manter vigilância sobre os equipamentos, adotando os meios e recursos que considere apropriados para tal;
- i) Controlar a arrecadação e o recolhimento de numerário por cabine, por turno de trabalho e por

agente arrecadador;

j) Prestar atendimento ao USUÁRIO;

k) Garantir o cumprimento das NORMAS OPERACIONAIS aprovadas pela ARTESP;

l) Disponibilizar as seguintes informações de registros físicos e financeiros de tráfego registrado nas PRAÇAS DE PEDÁGIOS, em tempo real (on-line) por meio eletrônico, para a ARTESP ou a quem ela designar, nos três níveis de registro, a saber:

(i) Informação física do registro da passagem do veículo quando da ocorrência do sensor de pista;

(ii) Informação do registro das imagens das câmeras instaladas nas praças de pedágio e informação do registro físico de tráfego;

(iii) Registro financeiro de arrecadação correspondente gerado pelo operador da cabine de pedágio.

m) Permitir a integração das informações com o CCI da ARTESP conforme os termos estabelecidos no Edital e em seus Anexos.

## 6.2. Normas Operacionais

A CONCESSIONÁRIA deverá, no âmbito do PROGRAMA INTENSIVO INICIAL, apresentar à ARTESP, para aprovação, as NORMAS OPERACIONAIS que estabelecerão as instruções para os procedimentos de rotina e para casos excepcionais, como uso de pista livre, tráfego de cargas especiais, evasões, cancelamento de registros indevidos, troco abandonado, falta de dinheiro do USUÁRIO no momento do pagamento, acidentes e outros.